



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

LEI N 833, de 12 de dezembro 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O NÃO AJUIZAMENTO
DE COBRANÇAS DE CRÉDITOS INSCRITOS NA DÁDIVA
ATIVA DE GUATAPAR E D OUTRAS PROVIDENCIAS.

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica a Administração Municipal autorizada a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a $\frac{1}{2}$ (meio) slrio mínimo Nacional vigente.

 1 - O valor consolidado a que se refere o "caput"  o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

 2 - Na hipótese de existência de vários débitos, de um mesmo devedor, inferiores ao limite fixado no "caput" que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dvida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada umanica execução fiscal.

Art. 2 - Fica autorizada a desistência das execuções fiscais relativaas aos débitos abrangidos pelo art. 1 desta lei, independentemente do pagamento de honorários advocatícios pelo devedor.

Pargrafonico: Na hipótese de os débitos referidos no "caput", relativos ao mesmo devedor, superarem somados, o limite fixado no artigo 1 desta lei, será ajuizada nova execução fiscal, observado o prazo prescricional.

Art. 3 - Excluem-se das disposições do artigo 2 desta Lei:

I - os débitos objeto de execuções fiscais embargadas, ou em que tenha havido exceção de pré-executividade, salvo se o executado manifestar em Juizo sua concordância com a extinção do feito sem quaisquer ônus para a Municipalidade;

Prefeitura Municipal de Guatapar/SP - Rua dos Jasmns, 296 - Centro - CEP:14115-000 - Guatapar/SP

Fone/Fax: 16 3973-2020 - www.guatapara.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

II - os débitos objeto de decisões judiciais já transitado em julgado.

Art. 4 - Não serão restituídos no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente  vigência desta lei.

Art. 5 - Os créditos que, nos termos desta Lei, não sejam enviados  cobrança judicial, e na hipótese em que esta tenha sido sustada, serão reclassificados pelo Poder Executivo em categoria própria para fins de controle e efetivação da cobrança na via administrativa.

Art. 6 - Essa lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 7 - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS 12 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicada, registrada e afixada no Paço da Prefeitura Municipal na data supra.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito Municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração